



3.2 • Metamorfoses da violência

Revolução nos assuntos militares: perversões estratégicas

Pedro de Pezarat Correia

COM A VIRAGEM DO SÉCULO muito se escreveu sobre a Revolução nos Assuntos Militares (RAM). Ultimamente tem atraído menos abordagens teóricas, não porque o conceito se tenha esvaziado mas, pelo contrário, porque se vulgarizou. De facto, na conflitualidade instalada um pouco por todo o mundo, desde as guerras de maior envergadura no Afeganistão, no Iraque e na Síria, aos conflitos identitários em todo o arco islâmico, ao terrorismo global com a marca da Al Qaeda, à violência da criminalidade transnacional organizada, aos tumultos dos indignados nas grandes megalópoles, ou até nas ameaças latentes derivadas da proliferação de armas nucleares, aquilo a que se assiste é a novas guerras tomando o lugar das velhas guerras convencionais ou clausewitzianas. As novas guerras do limiar do século XXI, que não evidenciam objetivos políticos claros, que são protagonizadas por entidades não-estatais, que envolvem grupos armados alheios aos padrões convencionais, em que se confrontam potenciais dissimétricos e modalidades de ação assimétricas, revelam uma metamorfose no paradigma dos conflitos e inscrevem-se no quadro da RAM¹.

Uma RAM tem origem numa aceleração do progresso tecnológico com incidência na área dos armamentos e equipamentos militares, mas o seu alcance é muito mais vasto. Trata-se de um fenómeno complexo que, tendo por base uma transformação tecnológica, produz ruturas e avanços bruscos em outras três áreas da ciência militar, a

organizacional, a conceptual e a doutrinária. Novas tecnologias implicam novas organizações, que a nível institucional incidem nos modelos de serviço militar e a nível funcional na estruturação e articulação dos meios. Novas tecnologias e organizações impõem renovação de conceitos, estratégicos e táticos, de perceção das ameaças e de gestão dos meios de coação. Paralelamente a estas evoluções e sob a influência das viragens na sociedade envolvente, são as próprias doutrinas da natureza da guerra, a filosofia da guerra enquanto conflito violento, que são questionadas. São estas quatro áreas que, em conjunto e interagindo na sua evolução, configuram uma RAM.

Da RAM napoleónica-clausewitziana à RAM em curso

Apesar de controverso admitimos que, ao longo da História, em rigor, só tem sentido falar de duas RAM. A RAM napoleónica-clausewitziana do século das Luzes e a RAM em curso da era da globalização. Certo é que não se pode refletir sobre a RAM em curso sem referência à RAM napoleónica-clausewitziana. Porque o que a define é a rutura com o paradigma da guerra de Clausewitz que dominou o pensamento militar até ao final do século XX.

A RAM napoleónica-clausewitziana teve origem no princípio do século XIX, na sequência da primeira revolução industrial e dos seus reflexos na área militar, nos equipamentos e armamentos, nos transportes terrestres e marítimos, nas comunicações óticas e por TSF. Estes avanços técnicos explicam as mudanças no campo organizacional, o exército de massas, a nação em armas, a organização divisionária permitindo a atuação em teatros de operações distintos e longínquos. Mas foi nas componentes conceptual e doutrinária que a rutura foi mais radical. O génio estratégico de Napoleão tirou o máximo rendimento das novas tecnologias revolucionando a manobra, enquanto com o pensamento de Clausewitz se passava da estratégia instintiva à estratégia científica. E Clausewitz rompia com as filosofias escatológica e cataclísmica da guerra e introduzia a filosofia política da guerra, caracterizando-a como um fenómeno racional e com uma dimensão humana. O seu paradigma, a guerra é um instrumento racional de política nacional, tornou-se axiomático. A partir de então, num sistema internacional em que os atores eram os Estados-nação, o âmbito da guerra passou a estar bem definido: conflito violento, da responsabilidade de entidades políticas, opondo forças militares institucionais, ao serviço de objetivos políticos nacionais.

A RAM atual, ou em curso, decorre da incidência na área militar dos avanços das modernas tecnologias e dos seus reflexos nas áreas organizacio-

nal, conceptual e doutrinária. A sua origem está na vertiginosa evolução tecnológica do conhecimento intensivo da era da informação, computorização e robotização que, no campo militar, se traduz na fórmula C4I ou seja, Comando, Controlo, Comunicações, Computorização e Informação. Na área organizacional é o fim da conscrição substituída pela profissionalização, os desvios da mercenarização e da privatização, a constituição de grandes unidades associando forças multinacionais de terra, mar e ar, os Grupos de Forças Combinadas Conjuntas (GFCC) e que, ao nível tático, se baseiam no sistema modular, flexível, em que os módulos são agrupados avulso conforme as missões. Mais uma vez é nas áreas conceptual e doutrinária que as ruturas são mais revolucionárias. As novas ameaças, difusas, incertas, o terrorismo, a proliferação nuclear, a criminalidade transnacional organizada, suscitam respostas estratégicas atípicas, que vão dominar as alterações conceptuais em curso. A rutura doutrinária dá-se com o aparecimento das novas guerras que, rompendo com a filosofia clausewitziana, passam a incluir no espectro da guerra conflitos em que está ausente a racionalidade político-social. Conflitos violentos desencadeados por entidades não políticas, conduzidos por grupos armados não institucionais, motivados por interesses materiais, particulares ou de grupos e não ao serviço de objetivos políticos nacionais, conquistaram o estatuto de guerras.

Paradoxos e perversões estratégicas da RAM

A RAM em curso é produto da globalização, do sistema unipolar que, com o fim da guerra fria, substituiu o anterior sistema bipolar. Uma hiperpotência dominante, um núcleo central dos seus aliados próximos, uma variedade de parceiros menores escalonados na periferia e, no extremo,

A RAM EM DISCURSO DIRETO

«Os avanços tecnológicos não traduzem o que é 'revolucionário', não constituem em si uma revolução nos assuntos militares. Também são exigidas profundas alterações no pensamento militar (doutrinas) e nas práticas organizacionais».

LATHAM, Andrew — "Re-imagining warfare: the Revolution in Military Affairs", *Contemporary security and strategy*. Edited by Craig A. Snyder, Macmillan Press, G.B., 1999, p. 227.

«Houve uma revolução nos assuntos militares, mas é uma revolução nas relações sociais da guerra, não na tecnologia».

KALDOR, Mary — *New & old wars — organized violence in a global era*. Polity Press, Cambridge, 1999, p. 3.

«Uma revolução nos assuntos militares é muito mais do que construir armas de alta tecnologia — embora isto seja parte dela. Também envolve novas formas de pensamento e novas formas de combater».

RUMSFELD, Donald — "Transforming the military". *Foreign Affairs*, Volume 81 n.º 3, May-June 2002.

O PARADOXO DA DISSIMETRIA EM DISCURSO DIRETO

«Os atores fortes perdem os conflitos assimétricos quando adoptam a estratégia errada face aos seus adversários mais fracos».

ARREGUÍN-TOFT, Ivan — "How the weak win wars", *International Security*. Vol. 26 n.º 1, Summer 2001.

«Em muitas das circunstâncias nas quais hoje operamos a força tem pouca utilidade; hoje em dia, possuir vantagem tecnológica não é suficiente; só por si não constitui uma mais-valia».

SMITH, Rupert — *A utilidade da força — a arte da guerra no mundo moderno*. Edições 70, Lisboa, 2008, pp. 28 e 456.

os excluídos, os Estados falhados, os Estados párias, o eixo do mal. Dos vários pilares em que a hiperpotência assenta a sua hegemonia sobressai o militar, uma superioridade quantitativa e qualitativa avassaladora, que não admite concorrência. A matriz é a de um potencial militar dissimétrico na guerra do forte contra o fraco, ao qual o fraco reage através de respostas assimétricas.

As formas de guerra assimétricas numa correlação de potenciais dissimétricos não são uma novidade na polemologia e, no passado recente, foram assumidas pela guerrilha. A sua versão pós-moderna são o terrorismo e a criminalidade transnacional organizada, contra as quais as novas tecnologias armamentistas se têm revelado ineficazes. É a constatação da inutilidade da força, paradigma dos conflitos da RAM em curso.

“ [...] tendo por base uma transformação tecnológica [a RAM] produz ruturas e avanços bruscos em outras três áreas da ciência militar, a organizacional, a conceptual e a doutrinária. ”

A experiência tem demonstrado e a História recente regista-o que, enquanto a simetria favorece o forte, a assimetria é favorável ao fraco. Isto é, o binómio dissimetria-assimetria, fomentado pelo forte, gera uma dinâmica perversa que se vira contra ele próprio. Eis, em síntese, o grande paradoxo estratégico da RAM: com o domínio e desenvolvimento das inovações tecnológicas, o forte cultiva a dissimetria como garantia da sua superioridade absoluta; o fraco, excluído da corrida tecnológica, busca respostas em formas de atuação assimétricas, que o favorecem; o forte, para repor a simetria estratégica, que lhe é favorável, é forçado a optar pelas formas de atuação do fraco, nas quais a superioridade dissimétrica se revela inútil.

Deste paradoxo decorrem perversidades que têm como denominador comum a dissimetria, condição básica da RAM.

Exemplar é a dicotomia preempção/prevenção. Há uma clara distinção de conteúdo entre estes dois conceitos, ainda que por vezes, não inocentemente, se tente confundir-los. Diz-se que uma ação, ou guerra, é preemptiva, quando uma parte, sentindo-se ameaçada de ataque iminente,

toma a iniciativa e se antecipa para neutralizar a agressão. Preempção é, exatamente, uma ação por antecipação. O direito internacional reconhece-a como legítima defesa. Pelo contrário uma ação, ou guerra, é preventiva quando lançada por uma parte que não está sob ameaça de qualquer ataque previsível ou iminente. Uma ação nestas condições carece de prévio consentimento do Conselho de Segurança da ONU. Sem esse aval uma guerra preventiva configura uma agressão, ilegítima em direito internacional.

O desequilíbrio dissimétrico confere aos Estados fortes um complexo de impunidade que os incentiva a iniciativas preventivas. Tem sido a hiperpotência global que, na RAM em curso, invocando uma falsa legitimidade preemptiva, se tem envolvido em ilegítimas guerras de agressão preventivas. Com óbvios efeitos perversos. Desde logo a deriva unilateralista pela falta de cobertura da ONU arrasta consequências inerentes, isolamento, descrédito por violação de regras básicas nas relações internacionais. Depois a acusação de ter cometido um ato de agressão fragiliza a hiperpotência e condiciona-a para intervir noutros focos de tensão, onde a sua presença poderia ser mais útil e consensual. Por fim, como manifestação de superioridade dissimétrica, fomenta da parte do fraco respostas assimétricas que vão prolongar o conflito. O objetivo do forte de obter resultados breves e eficazes é neutralizado, vendo-se obrigado a descer o patamar do conflito ao nível do fraco, tornando inútil o seu potencial dissimétrico.

Outra perversão estratégica é a doutrina da contra proliferação nuclear, adotada pelos EUA. O maior avanço até hoje verificado no domínio do desarmamento nuclear foi o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que assenta numa lógica muito simples e equilibrada. Os Estados possuidores comprometem-se a travarem a escalada armamentista e a inverter essa dinâmica visando o nível zero; denomina-se não-proliferação vertical. Os Estados não-possuidores comprometem-se a não se tornar possuidores, recusando o fabrico, compra ou doação de engenhos; é a não-proliferação horizontal. O resultado será um mundo liberto de armas nucleares, os possuidores renunciando aos seus arsenais, os não-possuidores renunciando a vir a possuí-los. Independentemente das suas insuficiências e de violações ao seu cumprimento o TNP é um passo no sentido certo. A contraproliferação perverte o TNP porque assenta na capacidade de os Estados possuidores recorrerem à força, inclusive às suas

AS NOVAS GUERRAS EM DISCURSO DIRETO

«Em todas as épocas, a sociedade dos Estados e a natureza da guerra agem uma sobre a outra: a sociedade dos Estados suscita guerras de um certo tipo e o tipo de guerra influi na organização da sociedade dos Estados».

ARON, Raymond — *Clausewitz*. Esfera do Caos, Lisboa, 2009, p. 93.

«As novas guerras são uma mistura de guerra, crime e violação dos direitos humanos».

KALDOR, Mary, id, p. 11.

«No futuro a guerra não será função dos exércitos, mas de grupos, terroristas, guerrilheiros, bandidos, assaltantes de estrada».

VAN CREVELD, Martin — *La transformation de la guerre*. Éditions du Rocher, Paris, 1998, p. 251.

armas nucleares, para impedirem os Estados não-possuidores de adquirir a arma nuclear. Isto é, a contra-proliferação, produto do potencial dissimétrico e em particular da dissimetria nuclear, é instrumento do forte para impor a não-proliferação horizontal, desprezando as suas próprias obrigações na não-proliferação vertical.

Para além de esvaziar o TNP, outros efeitos perversos decorrem da contraproliferação. Pressupõe a continuação da escalada nuclear, já não das armas estratégicas tornadas obsoletas, mas das incluídas nas novas tecnologias da miniaturização, cujos efeitos menos devastadores as tornam mais “aceitáveis” e, porque são mais leves, mais maneáveis, mais baratas, menos seguras, e são também mais suscetíveis de cair em mãos indesejáveis. Contribui para a proliferação clandestina, uma vez que a contraproliferação marginaliza as instâncias reguladoras internacionais e, se a proliferação nuclear já é, por si só, negativa, a proliferação clandestina é um risco acrescido pelos apoios que suscita. A contraproliferação, associada aos sistemas de defesa antimísseis, contribui para a tendência de a arma nuclear deixar de ser uma arma de não-emprego para passar a ser uma arma de emprego.

Em conclusão, a RAM é um fenómeno complexo decorrente da globalização e dos avanços da tecnologia, cujos efeitos incidem nas áreas organizacional, conceptual e doutrinária do pensamento militar. Produto de uma reflexão teórica e aplicação prática dos EUA, visa assegurar uma superioridade militar absoluta, instrumento da sua hegemonia no império global. Paradoxalmente alimenta respostas assimétricas, face às quais a dissimetria se revela inútil, fomentando desvios estratégicos perversos que fragilizam a estabilidade mundial. ■

Notas

¹ O conflito diz-se dissimétrico quando as partes em confronto dispõem de potenciais, humanos e materiais, muito desequilibrados. Diz-se assimétrico quando as partes optam por tipos ou formas de guerra diferentes. É simétrico quando as partes dispõem de potenciais equilibrados e optam por tipos ou formas de guerra semelhantes, ainda que não necessariamente iguais.

	Clausewitz	Em curso
O quê?	Conflito violento, racional, fenómeno político-social	Confronto violento em que está ausente uma racionalidade político-social
Quem?	Estados e entidades políticas	Negação do Estado detentor do monopólio da violência legítima; novos atores paraestatais, subestatais ou não-estatais
Como?	Forças armadas institucionais	Grupos terroristas, novos mercenariatos, Empresas Militares Privadas; novas tecnologias, novos meios, novos métodos, novas atitudes
Porquê?	Interesse nacional	Interesses materiais, particulares ou de grupos
Para quê?	Objetivos políticos	Objetivos identitários, económicos, criminosos

A guerra: da RAM napoleónica-clausewitziana à RAM em curso.